

ECONOMIA PRATEADA E JUSTIÇA SOCIAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA¹

Caio César Dias Pereira
Universidade Federal de Viçosa – UFV
caio.dias@ufv.br

Resumo: Diante do fenômeno do envelhecimento populacional e da emergência de novas agendas sociais e econômicas, a Economia Prateada (EP) tem sido apresentada como alternativa estratégica para responder aos desafios da longevidade. Este artigo, derivado de um projeto internacional que visa compreender as orientações e práticas da EP, apresenta resultados e uma revisão sistemática da literatura científica internacional seguindo o protocolo PRISMA 2020, com a qual analisou 17 estudos publicados entre 2009 e 2024, para analisar a EP a partir de uma perspectiva crítica e social, com ênfase nas representações da pessoa idosa, na relação com as políticas públicas e nos silêncios que atravessam o campo, especialmente no que se refere às desigualdades estruturais e à ausência de interseccionalidades. Utilizando uma abordagem social da EP, resultados e discussão se organizam em torno de cinco eixos: conceituação do campo, representações da pessoa idosa, políticas públicas, desigualdades estruturais e críticas sociopolíticas. Os resultados revelam que, embora a EP seja cada vez mais mobilizada por políticas e mercados, ainda não há consenso teórico sobre sua definição e objetivos. As representações da pessoa idosa oscilam entre consumidor, produtor e cidadão, mas sua participação nos processos decisórios permanece limitada. Além disso, marcadores como raça, gênero, classe e território aparecem de forma periférica, o que fragiliza a construção de uma EP verdadeiramente inclusiva. A ausência de uma estratégia nacional estruturada no Brasil reforça a urgência de integrar a EP a políticas públicas intersetoriais e comprometidas com a equidade. Conclui-se que a Economia Prateada deve ser compreendida como ferramenta de justiça social, e não apenas como nicho mercadológico. Destaca-se, ainda, o papel das universidades na produção crítica de conhecimento, no fomento à inovação social e no fortalecimento da participação cidadã das pessoas idosas.

Palavras-Chave: Economia Prateada. Envelhecimento. Políticas Públicas.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

¹ Este artigo foi desenvolvido com apoio do Grupo Unides/Gegop/CNPq, do CNPq e da Capes

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é, sem dúvida, um dos fenômenos mais estruturantes do século XXI, com impactos diretos nas formas de organização social, econômica e política das nações. Segundo a Organização das Nações Unidas (2022), estima-se que a população com 65 anos ou mais alcançará 1,6 bilhão de pessoas em 2050, dobrando em menos de três décadas. Essa transição demográfica, embora global, ocorre de forma desigual entre os países e intensifica vulnerabilidades históricas ligadas ao acesso à saúde, à previdência, à moradia e ao reconhecimento social das pessoas idosas.

No Brasil, esse processo se manifesta com velocidade ainda maior. Dados da Plataforma Longevidade (2024) indicam que a população com 60 anos ou mais já corresponde a mais de 15% do total nacional, percentual este que deve atingir quase 40% até 2070. Em paralelo à queda das taxas de fecundidade e ao aumento da expectativa de vida, o país enfrenta uma estrutura social profundamente marcada por desigualdades raciais, de gênero, classe e território. Envelhecer, portanto, não é uma experiência homogênea: as trajetórias são atravessadas por múltiplos marcadores que moldam, de forma desigual, o acesso a direitos e o lugar social ocupado pelas pessoas idosas.

É nesse cenário que ganha destaque a chamada Economia Prateada (Silver Economy), termo que tem sido mobilizado por organismos multilaterais, governos e setores empresariais como alternativa estratégica frente ao envelhecimento populacional. Embora não exista consenso sobre sua definição, a Economia Prateada tem sido associada a políticas, produtos, serviços e inovações voltados às demandas e potencialidades da população com 50 anos ou mais, especialmente das pessoas idosas. Seu crescimento no debate internacional tem promovido um reposicionamento do envelhecimento: de problema social a oportunidade econômica e de inovação.

No entanto, esse discurso não está isento de críticas. Diversos autores vêm alertando para os riscos de que a Economia Prateada seja capturada por uma lógica tecnocrática e mercadológica, reproduzindo desigualdades, invisibilizando sujeitos e promovendo soluções descoladas da realidade concreta da maior parte da população idosa. Como aponta Lipp & Peine (2022), há uma crescente fetichização do envelhecimento como mercado, sem o devido compromisso com a equidade, a justiça social e a diversidade das velhices. Ao mesmo tempo, observa-se uma carência de produções que investiguem a participação cidadã, o papel político e a centralidade da pessoa idosa na construção desse novo campo econômico e simbólico.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar a Economia Prateada a partir de uma perspectiva crítica e social, com ênfase nas representações da pessoa idosa, na relação com as políticas públicas e nos silêncios que atravessam o campo, especialmente no que se refere às desigualdades estruturais e à ausência de interseccionalidade. Os objetivos específicos incluem:

1. analisar como a pessoa idosa tem sido representada no interior da EP;
2. examinar a presença e o papel das políticas públicas na consolidação do campo;
3. identificar lacunas, silêncios e assimetrias que atravessam os modelos analisados;
4. e refletir criticamente sobre os riscos de homogeneização, etarismo e exclusão presentes nos discursos e práticas associados à Economia Prateada.

O estudo deriva de uma revisão sistemática da literatura científica internacional sobre o tema, que identificou e analisou 17 estudos publicados entre 2009 e 2024. A partir desse conjunto, optou-se por aprofundar cinco eixos temáticos: (1) as disputas conceituais sobre o termo; (2) o papel atribuído à pessoa idosa; (3) a articulação entre Economia Prateada e políticas

públicas; (4) a invisibilidade das desigualdades e marcadores sociais; e (5) as principais críticas presentes na literatura.

Ao mobilizar esses eixos, o artigo busca contribuir para o fortalecimento de uma agenda crítica sobre o envelhecimento, que ultrapasse a visão da longevidade como nicho de mercado e reconheça as pessoas idosas como sujeitos de direitos, memória, cuidado e transformação. Trata-se, portanto, de tensionar o campo da Economia Prateada não para recusá-lo, mas para reconstruí-lo à luz dos compromissos éticos com a inclusão, a justiça e a democracia intergeracional.

2 METODOLOGIA

Este artigo é derivado de um projeto que sistematizou a produção científica internacional sobre a Economia Prateada entre os anos de 2009 e 2024. Esta versão enfoca, especificamente, os aspectos sociais, políticos e éticos da temática, buscando investigar como a Economia Prateada tem sido discutida sob a perspectiva sociopolítica, com atenção às representações da pessoa idosa, às políticas públicas e às desigualdades estruturais.

A revisão seguiu as diretrizes do protocolo PRISMA 2020 (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), conforme orientações da literatura científica, e foi fundamentada nos princípios descritos no e-book Aspectos Metodológicos Utilizados na Elaboração de Revisões de Literatura (UFV, 2022). Foi uma análise de conteúdo a partir de dimensões previamente definidas.

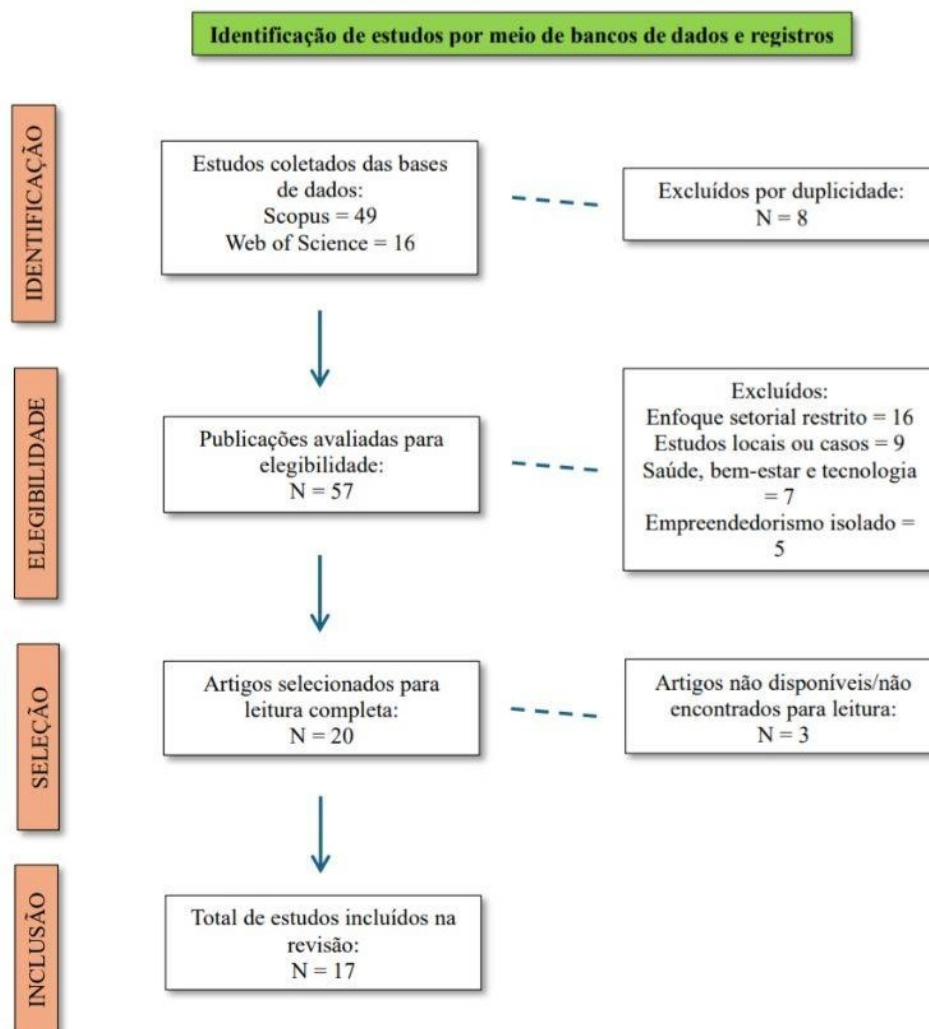
As buscas foram realizadas entre abril e maio de 2025, nas bases de dados internacionais Scopus e Web of Science, reconhecidas por sua relevância nas áreas de ciências sociais aplicadas, administração e políticas públicas. Utilizaram-se os descritores “silver economy” OR “economia prateada” nos campos de título, resumo e palavras-chave. O recorte incluiu publicações entre 2009 e 2024, nos idiomas inglês e espanhol. Apesar da intenção inicial de incluir estudos em português, nenhum documento com aderência temática e rigor científico foi localizado nesse idioma.

Foram identificados 65 registros (49 na Scopus e 16 na WoS). Após a remoção de 8 duplicatas, restaram 57 documentos únicos. A triagem por título e resumo resultou na exclusão de 37 estudos, por apresentarem escopo restrito ou por não abordarem a Economia Prateada de forma conceitual. Entre os critérios de exclusão, destacam-se estudos com foco exclusivo em marketing, turismo, saúde ou empreendedorismo, sem conexão direta com o conceito de EP. Após leitura integral de 20 textos, 3 foram descartados por indisponibilidade de acesso, totalizando 17 estudos incluídos na análise final.

Todo o processo metodológico pode ser visualizado de forma esquemática no fluxograma PRISMA (ver Figura 1), que apresenta os números e critérios adotados nas etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos.

A síntese dos dados foi conduzida a partir de uma planilha estruturada contendo informações como: autor, ano de publicação, país de origem, definição de Economia Prateada utilizada, abordagem teórica, setores contemplados, papel atribuído à pessoa idosa, presença de inovação tecnológica ou social, vínculo com políticas públicas e principais contribuições. A análise foi qualitativa, com ênfase na identificação de eixos temáticos recorrentes e de tensões ou lacunas conceituais entre os estudos. Um resumo dos dados pode ser visto no Quadro 1.

Figura 1 - Fluxograma do protocolo PRISMA utilizado na revisão sistemática



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 1 - Matriz de síntese simplificada

Autor e ano	País	Abordagem	Dimensão(s) abordada(s)
Caridà et al. (2022)	Itália	Descritiva e exploratória	Tecnologia, inovação, políticas públicas
Colurcio et al. (2022)	Itália	Bibliométrica e crítica	Produção científica, inovação social, envelhecimento ativo
Gschwendtner (2020)	Áustria	Normativa-comparativa	Políticas públicas, estratégias governamentais
Stephens (2023)	Reino Unido	Reflexiva e normativa	Aposentadoria,

			empreendedorismo, família
Griva et al. (2024)	Grécia	Estratégica e descritiva	Gestão pública, inovação, políticas públicas
Klimczuk (2016)	Polônia	Normativa e institucional	Modelos nacionais e regionais, políticas públicas
Lipp & Peine (2022)	Alemanha	Crítica e construtivista	Construção discursiva, inovação, políticas
Roszk-Wójtowicz et al. (2024)	Polônia	Quantitativa e analítica	Desigualdade, condições de vida, política econômica
Urrutia Serrano (2018)	Espanha	Normativa e sociopolítica	Envelhecimento ativo, cidadania, inclusão
Barković Bojanić et al. (2024)	Croácia	Descritiva e aplicada	Empreendedorismo, turismo, envelhecimento ativo
Álvarez Díez et al. (2022)	Espanha	Normativa e estratégica	Empreendedorismo, inovação, educação
Jorge Felix (2016)	Brasil	Propositiva e política	Estratégia nacional, Brasil, políticas públicas
Söylemez & Ay (2022)	Turquia	Estudo de caso	Cidades amigas, urbanismo, envelhecimento
Heffner et al. (2019)	Polônia	Territorial e aplicada	Desenvolvimento regional, envelhecimento
Bieszk-Stolorz et al. (2024)	Polônia	Quantitativa e estatística	Sustentabilidade, comparações regionais
Klimczuk (2021)	Polônia	Crítica e política	Políticas públicas, inovação, bem-estar
Oget (2021)	França	Crítica e construtivista	Inovação, discurso político, redes

Fonte: Elaboração própria.

Para a etapa de análise qualitativa dos dados, contou-se com o apoio da ferramenta de inteligência artificial ChatGPT (OpenAI), utilizada de forma criteriosa para auxiliar na organização das informações extraídas dos artigos, redação inicial de quadros comparativos e tradução técnica de trechos específicos dos estudos em inglês e espanhol. O uso da ferramenta foi supervisionado e validado pelo pesquisador, garantindo fidelidade ao conteúdo original e rigor metodológico.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente revisão sistemática resultou na seleção de 17 estudos científicos publicados entre os anos de 2009 e 2024, que abordam de forma conceitual e analítica o campo da Economia Prateada (EP) em diferentes contextos geográficos e disciplinares. A análise inicial desses trabalhos permite observar tanto o amadurecimento recente da temática quanto a pluralidade de enfoques que a estruturam. Embora a EP já esteja consolidada como categoria discursiva em documentos internacionais e em certas políticas públicas, sobretudo europeias, ainda não há uniformidade teórica, metodológica ou estratégica sobre sua aplicação — o que reforça a relevância da presente sistematização.

Em termos temporais, nota-se uma concentração crescente de estudos a partir de meados da década de 2010, com destaque para o período entre 2016 e 2024. Essa intensificação acompanha o avanço do envelhecimento populacional, especialmente na Europa, e o fortalecimento de agendas institucionais voltadas à longevidade como vetor de inovação e reorganização produtiva. A curva ascendente sugere que a Economia Prateada vem se consolidando tanto como objeto de análise acadêmica quanto como categoria de ação política e mercado promissor.

No que se refere ao idioma e à origem das publicações, todos os estudos foram redigidos em inglês ou espanhol, refletindo a predominância de centros de produção científica localizados na Europa, e, em menor escala, na América Latina e na Ásia. Apesar do crescimento do debate no Brasil, não foram localizados estudos em português que abordem o conceito de forma sistemática nas bases analisadas, embora autores brasileiros, como Jorge Felix, sejam frequentemente citados por suas contribuições iniciais à temática no país.

Geograficamente, a maioria dos estudos tem afiliação institucional ou análises em países europeus, como França, Alemanha, Itália, Espanha, Polônia, Reino Unido e Bulgária, que vêm implementando estratégias explícitas relacionadas à Silver Economy. Também foram identificadas produções no Japão, Coreia do Sul, Turquia e Brasil, oferecendo contribuições variadas e contextualmente situadas. As abordagens metodológicas são majoritariamente qualitativas, baseadas em revisões de literatura, estudos de caso, análises de políticas públicas e construções conceituais. Parte dos estudos utiliza métodos quantitativos e estatísticos, sobretudo aqueles voltados à avaliação do desempenho da EP em contextos nacionais ou regionais.

Apesar dessa diversidade teórico-metodológica, os estudos convergem no esforço de compreender a Economia Prateada como um fenômeno multidimensional que articula envelhecimento, inovação, consumo, políticas públicas e transformação das estruturas econômicas e sociais. Com base nesse mapeamento, foram identificados oito eixos temáticos principais. No presente artigo, opta-se por um recorte específico voltado à dimensão econômica e mercadológica, com destaque para os seguintes eixos:

- i. Definições e delimitações conceituais da Economia Prateada;
- ii. O papel atribuído à pessoa idosa na Economia Prateada;
- iii. Políticas públicas e governança na Economia Prateada;
- iv. Desigualdades e interseccionalidades na Economia prateada;
- v. Perspectivas críticas e desafios da Economia Prateada.

O aprofundamento desses eixos permitirá analisar como a Economia Prateada tem sido moldada por diferentes interesses institucionais, discursos de mercado e processos políticos, destacando as contradições e as promessas para que o conceito se solidifique como uma estratégia de desenvolvimento inclusiva, socialmente justa e intergeracional.

3.1 DEFINIÇÕES E DELIMITAÇÕES CONCEITUAIS DA ECONOMIA PRATEADA

A análise dos estudos incluídos na presente revisão revela que a definição da Economia Prateada (Silver Economy) ainda é um campo em disputa conceitual, no qual coexistem abordagens descritivas, normativas, pragmáticas e críticas. Apesar das variações terminológicas e interpretativas, é possível identificar um núcleo comum entre os estudos: a Economia Prateada refere-se ao conjunto de atividades econômicas, políticas e sociais voltadas para a população com 50 anos ou mais, com foco especial nas pessoas idosas, e que envolvem tanto seu potencial de consumo quanto suas capacidades produtivas, criativas e cidadãs.

A origem do termo está fortemente vinculada à União Europeia, que incorporou a Silver Economy (SE) como parte de sua estratégia de envelhecimento ativo e saudável, especialmente a partir da década de 2010. Estudos como os de Caridà et al. (2022) e Bieszk-Stolorz et al. (2024) apontam que a SE foi institucionalizada como área de interesse estratégico, voltada para a promoção de inovações tecnológicas, reorganização do mercado de trabalho e criação de produtos e serviços adaptados à longevidade. Nessa perspectiva, a SE é compreendida como uma ferramenta de desenvolvimento sustentável, capaz de responder às transformações demográficas por meio de soluções econômicas e sociais.

Klimczuk (2016, 2021), um dos autores mais citados na literatura revisada, propõe que a Economia Prateada deve ser entendida como um sistema econômico emergente completo, dotado de dinâmicas próprias de produção, distribuição, consumo e regulação, articuladas à longevidade. Para o autor, a SE não se limita à lógica mercadológica, devendo incluir também as dimensões do voluntariado, da economia do cuidado, da intergeracionalidade e da inclusão social. Essa abordagem amplia o escopo do conceito, aproximando-o de uma economia de bem-estar adaptada ao envelhecimento, e não apenas a uma “nova oportunidade de mercado”.

Outros autores, como Oget (2021), adotam uma perspectiva mais crítica, ao afirmar que a Economia Prateada não é apenas um reflexo do envelhecimento da população, mas uma construção discursiva moldada por promessas econômicas e interesses institucionais. Segundo essa leitura, a SE funciona como um “campo de expectativas compartilhadas”, onde políticas, empresas e tecnologias se articulam em torno de projeções sobre o futuro do envelhecimento. Nesse sentido, o conceito não é neutro, mas sim performativo: ele ajuda a criar o próprio mercado que diz descrever.

A literatura também aponta para a confusão frequente entre Economia Prateada e Mercado Prateado (Silver Market). Enquanto este último se refere estritamente ao potencial de consumo da população idosa, a Economia Prateada, quando concebida em sua acepção mais ampla, abrange elementos como empreendedorismo sênior, políticas públicas, inovação organizacional, inclusão digital e reconfiguração intersetorial. Artigos como os de Jorge Felix (2016) e Barković et al. (2024) destacam essa diferença como fundamental, especialmente no contexto latino-americano, onde o risco de se reduzir o envelhecimento a um nicho de mercado elitista é particularmente alto.

Além disso, observa-se um deslocamento progressivo nas definições: dos primeiros estudos mais focados em iniciativas tecnológicas e consumo personalizado, avança-se para uma compreensão mais holística, que inclui determinantes sociais da saúde, participação ativa na sociedade e enfrentamento das desigualdades estruturais no envelhecimento. Estudos como o de Urrutia Serrano (2018) e Colurcio et al. (2022) reforçam essa transição, apontando para a importância de associar o conceito de Economia Prateada a valores de solidariedade, sustentabilidade e justiça intergeracional.

Por fim, chama atenção a escassez de definições sistematizadas e indicadores consensuais sobre o que deve ou não ser incluído na Economia Prateada. A maioria dos artigos

reconhece a necessidade de padronização conceitual e desenvolvimento de métricas específicas, que permitam não apenas analisar a SE como fenômeno econômico, mas também avaliar sua efetividade como política pública e estratégia de inovação social.

Em síntese, as definições de Economia Prateada variam conforme o enfoque teórico e o contexto sociopolítico, mas tendem a convergir na ideia de que se trata de um campo interdisciplinar e estratégico, atravessado por tensões entre envelhecimento, mercado, Estado e sociedade. A seção seguinte aprofundará como esses conceitos se traduzem, na prática, em setores e áreas de atuação priorizados pelos estudos analisados.

3.2 O PAPEL ATRIBUÍDO À PESSOA IDOSA NA ECONOMIA PRATEADA

A compreensão da Economia Prateada não pode prescindir de uma análise crítica sobre o lugar que é ocupado, ou projetado, para as pessoas idosas em seu interior. Ao revisitar os 17 artigos analisados, torna-se evidente que há uma pluralidade de papéis atribuídos à pessoa idosa, oscilando entre uma visão passiva e consumista, centrada na demanda, e uma perspectiva ativa e cidadã, baseada em participação, produção e inovação social.

De modo geral, é possível identificar quatro grandes figuras que emergem da literatura: (1) a pessoa idosa como consumidora especializada, (2) como agente produtivo e empreendedor, (3) como protagonista do envelhecimento ativo e cidadão e (4) como sujeito vulnerável, em risco de exclusão ou estigmatização. Cada uma dessas imagens oferece pistas importantes sobre como o campo da Silver Economy está sendo constituído, tensionado e disputado.

A figura mais recorrente é, sem dúvida, a da pessoa idosa como consumidora especializada, presente em artigos como os de Caridà et al. (2022), Heffner et al. (2019) e Colurcio et al. (2022). Nessa abordagem, a SE é entendida como um setor promissor para a criação de produtos e serviços voltados a uma clientela sênior, que apresenta demandas específicas em áreas como mobilidade, saúde, habitação, turismo, lazer e alimentação. Embora essa visão tenha mérito ao reconhecer o poder de consumo das pessoas idosas, estimado em R\$ 1,8 trilhão por ano no Brasil, segundo dados da Plataforma Longevidade (2025), ela corre o risco de reduzir a longevidade à lógica de mercado, desconsiderando aspectos sociais, políticos e culturais do envelhecimento.

Contrapondo-se parcialmente a essa perspectiva, diversos estudos valorizam o papel da pessoa idosa como agente produtivo, empreendedor ou colaborativo, especialmente em contextos de envelhecimento ativo. O empreendedorismo prateado (*olderpreneurship*) é explorado nos artigos de Barković et al. (2024) e Álvarez Díez et al. (2022), que destacam a capacidade de pessoas 60+ liderarem negócios próprios, transmitirem conhecimento, criarem redes de apoio e contribuir para a economia local. Essa abordagem amplia o escopo da SE ao incluir não apenas a demanda por bens e serviços, mas também a capacidade de gerar valor, renda e inovação por parte das pessoas idosas.

Além do papel econômico, diversos artigos ressaltam a pessoa idosa como protagonista do envelhecimento ativo e cidadão, com capacidade de participar da vida pública, de formular e avaliar políticas, e de envolver-se em práticas intergeracionais, culturais e comunitárias. O estudo de Urrutia Serrano (2018), por exemplo, vincula a Economia Prateada à ideia de inclusão cidadã, com forte conexão entre direitos sociais, políticas públicas e qualidade de vida. Essa linha analítica encontra eco também em Klimczuk (2016, 2021), que argumenta que a SE deve valorizar não apenas o consumo e a produtividade, mas também o cuidado, o voluntariado, o engajamento cívico e o pertencimento comunitário.

Por outro lado, uma dimensão importante, e crítica, emergente da literatura diz respeito à forma como a SE pode reforçar desigualdades e estigmas, caso não seja construída com base em princípios de equidade e justiça social. Artigos como os de Oget (2021) e Jorge Felix (2016) alertam para o risco de uma “economia da longevidade para poucos”, centrada em uma visão elitizada, branca, urbana e digitalizada da velhice. Essas abordagens denunciam que grande parte das pessoas idosas vive em condições de vulnerabilidade, com baixa renda, dificuldades de acesso a serviços básicos e forte exposição ao idadismo — o preconceito baseado na idade. Assim, se não for cuidadosamente regulada e monitorada, a SE pode excluir justamente aqueles que mais dela necessitam.

Outro ponto sensível levantado por autores como Söylemez e Ay (2022), Lipp e Peine (2022) e Oget (2021) refere-se à homogeneização da figura da pessoa idosa: muitas vezes, o público 60+ é tratado como um bloco uniforme, ignorando as múltiplas identidades atravessadas por gênero, raça, etnia, orientação sexual, escolaridade e território. Essa crítica é especialmente relevante para contextos como o Brasil, onde as desigualdades estruturais tornam o envelhecimento uma experiência profundamente diferenciada.

Resumidamente, a revisão evidencia que o papel da pessoa idosa na Economia Prateada é complexo, plural e em disputa. Embora a figura da “consumidora prateada” ainda predomine em discursos institucionais e empresariais, há uma crescente valorização da pessoa idosa como agente de transformação, inovação, cuidado e cidadania. O desafio que se impõe, portanto, é o de promover uma Silver Economy que reconheça as potencialidades da longevidade sem negligenciar suas desigualdades, uma economia da longevidade inclusiva, crítica e socialmente comprometida.

3.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA NA ECONOMIA PRATEADA

Embora a Economia Prateada seja frequentemente associada ao setor privado e à criação de novos nichos de mercado voltados à longevidade, a literatura analisada aponta que a ação do Estado e das políticas públicas é central para sua consolidação e democratização. A análise dos 17 artigos revela que a Economia Prateada não se desenvolve de forma espontânea nem exclusivamente pela dinâmica do mercado: sua efetividade e sustentabilidade dependem de arranjos institucionais, regulações, incentivos públicos e de uma governança multisetorial articulada.

Os estudos identificam que a União Europeia é a região mais avançada na construção de um arcabouço institucional para a Silver Economy. Iniciativas como a Active and Healthy Ageing Strategy, a Agenda Digital para a Europa e os projetos apoiados pelo programa Horizon 2020 são exemplos frequentemente citados (Caridà et al., 2022; Bieszk-Stolorz et al., 2024). Essas políticas promoveram investimentos em inovação, cooperação entre empresas, universidades e governos locais, além de impulsionarem o reconhecimento da população idosa como um ativo para o desenvolvimento. Nesses países, a Economia Prateada é entendida não apenas como mercado, mas como uma estratégia integrada de política pública, voltada para o envelhecimento ativo, sustentável e inclusivo.

No entanto, mesmo no contexto europeu, os estudos apontam para desafios de coordenação, fragmentação institucional e falta de padronização de indicadores. Klimczuk (2021), por exemplo, argumenta que ainda falta uma governança internacional sólida, capaz de definir marcos comuns, medir o impacto social e econômico da SE e garantir equidade no acesso às suas inovações. O autor propõe que a Silver Economy deve ser considerada um “bem

público global”, o que exigiria formas de regulação mais participativas e transnacionais, com envolvimento ativo da sociedade civil e de organismos multilaterais.

Em contraste com a Europa, a literatura revela que, em contextos como o Brasil e outros países da América Latina, a Silver Economy ainda carece de institucionalização formal como política pública, embora iniciativas fragmentadas comecem a surgir. O estudo de Jorge Felix (2016), que propõe a adaptação da SE ao contexto brasileiro, demonstra que o país possui grande potencial de mercado e relevância demográfica, mas enfrenta lacunas regulatórias, ausência de indicadores nacionais e baixo engajamento governamental com o tema. O autor defende a criação de uma Estratégia Nacional para a Economia da Longevidade, que integre ações em saúde, trabalho, previdência, inovação e desenvolvimento regional.

De forma similar, estudos como os de Heffner et al. (2019) e Urrutia Serrano (2018) defendem que políticas territoriais, locais e participativas são fundamentais para o avanço da Silver Economy. A experiência de “cidades amigas da pessoa idosa” ou de redes de apoio comunitário é apresentada como alternativa viável para enfrentar o envelhecimento populacional de forma descentralizada e inclusiva. A governança, nesse caso, depende não apenas da atuação estatal tradicional, mas também da criação de ecossistemas colaborativos, envolvendo empresas, ONGs, universidades, redes de cuidado, conselhos de direitos e a própria população idosa.

Um ponto crítico levantado por Oget (2021) e Colurcio et al. (2022) diz respeito ao risco de captura da agenda pública pela lógica mercantil, ou seja, da Silver Economy ser promovida por governos não como política de bem-estar, mas como vitrine de modernidade, inovação e rentabilidade. Essa abordagem tecnocrática pode priorizar investimentos em segmentos de alto retorno e alto consumo, como tecnologia e turismo de luxo, em detrimento de áreas urgentes, como habitação popular, serviços de cuidado ou acesso a medicamentos. Assim, os autores defendem a criação de mecanismos de avaliação de impacto social, transparência na alocação de recursos e representação efetiva das pessoas idosas nas instâncias decisórias.

Por fim, a governança da Economia Prateada é também uma questão intersetorial e intergeracional. Os artigos reforçam que políticas eficazes nesse campo devem articular diferentes ministérios e setores (saúde, trabalho, desenvolvimento social, ciência e tecnologia, cultura, planejamento urbano) e promover o diálogo entre gerações como base para a sustentabilidade econômica e a coesão social. A SE, portanto, não pode ser reduzida a uma agenda de “interesse dos idosos”, mas deve ser transversal, inclusiva e integrada ao projeto de sociedade.

Em síntese, os estudos analisados indicam que a institucionalização da Economia Prateada como política pública é condição essencial para sua legitimidade e efetividade. Embora países como os da União Europeia estejam mais avançados nesse processo, ainda há desafios relacionados à coordenação, equidade e participação social. Em contextos latino-americanos, como o brasileiro, a urgência de uma política estruturada e nacional é evidente. A construção de uma governança democrática, multissetorial e centrada na dignidade da pessoa idosa é o que poderá transformar a Silver Economy de promessa de mercado em instrumento de justiça social e inovação pública.

3.4 DESIGUALDADES E INTERSECCIONALIDADES NA ECONOMIA PRATEADA

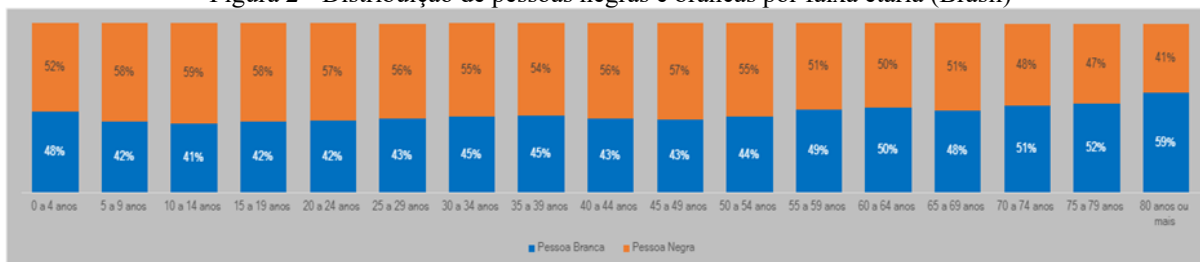
A análise revela que, mesmo tendo menções pontuais a desigualdades sociais, aspectos interseccionais como gênero, raça, classe, território e capacidade funcional ainda são tratados de forma periférica ou marginal na literatura sobre Economia Prateada. Poucos estudos se

dedicam a discutir como essas dimensões atravessam a formulação de políticas públicas, a criação de produtos e serviços ou a construção de representações sociais sobre o envelhecimento. Em sua maioria, os trabalhos partem de uma concepção relativamente homogênea da pessoa idosa, geralmente urbana, branca, alfabetizada, conectada digitalmente e com alguma autonomia financeira, o que reforça um modelo de Silver Economy pouco sensível à diversidade dos envelhecimentos.

Söylemez e Ay (2022), ao analisarem práticas de cidades amigas da pessoa idosa na Turquia, são um dos poucos estudos que tocam diretamente na necessidade de adaptar o urbanismo às realidades sociais e territoriais de populações idosas vulneráveis. Da mesma forma, Oget (2021) problematiza a produção de expectativas performativas em torno da longevidade, apontando que a promessa de inovação pode estar dissociada das condições materiais de vida de grande parte das pessoas idosas. Esse distanciamento simbólico e prático se agrava quando se observa que o mercado prateado frequentemente direciona seus produtos e serviços a um público idealizado, excluindo pessoas idosas negras, periféricas, LGBTQIAPN+ ou com baixa escolaridade.

Urrutia Serrano (2018) e Jorge Felix (2016) ressaltam a importância de políticas públicas que reconheçam o envelhecimento como processo social desigual e historicamente determinado. Felix, em especial, critica a ausência de uma estratégia nacional no Brasil que considere os recortes de gênero, renda e região como determinantes para o sucesso de uma agenda prateada. Pessoas negras, inclusive, morrem mais cedo que as demais pessoas idosas no Brasil, sendo exemplificado na Figura 2. Já Lipp e Peine (2022), embora não abordem diretamente a interseccionalidade, destacam como o envelhecimento é coproduzido com processos de inovação, o que sugere a necessidade de pensar políticas tecnológicas que não reproduzam exclusões históricas.

Figura 2 - Distribuição de pessoas negras e brancas por faixa etária (Brasil)



Fonte: Atlas da Violência, 2023

Outro ponto relevante é a invisibilidade da população idosa indígena, rural ou em situação de rua, grupos que não aparecem em nenhuma das publicações analisadas, o que reforça a hegemonia de uma perspectiva eurocentrada e urbana na construção do campo. A ausência desses perfis revela uma limitação estrutural na literatura, que precisa ser superada para que a Economia Prateada se afirme como um projeto inclusivo e verdadeiramente transformador.

Além disso, a pouca presença de mulheres como agentes ativos na Silver Economy é um reflexo das desigualdades de gênero ao longo da vida. Embora constituam a maioria da população idosa em muitos países, as mulheres acumulam desvantagens históricas no acesso à educação, ao trabalho formal e à previdência, o que impacta diretamente suas condições de envelhecimento. A literatura revisada não aprofunda essas disparidades, com exceção de menções breves e generalizadas a questões de equidade.

Portanto, uma das principais lacunas identificadas na revisão está na falta de uma abordagem interseccional robusta e sistemática. A Economia Prateada, para além de um novo campo econômico, deve ser concebida como uma arena de disputa por direitos, visibilidade e redistribuição. Isso requer incorporar à sua formulação teórica e prática os atravessamentos das desigualdades estruturais que moldam a experiência do envelhecimento em diferentes contextos. O enfrentamento dessas omissões é fundamental para que a SE não apenas se consolide como política pública, mas também como instrumento de justiça social e equidade intergeracional.

3.5 PERSPECTIVAS CRÍTICAS E DESAFIOS DA ECONOMIA PRATEADA

Embora a Economia Prateada seja frequentemente tratada como uma estratégia de crescimento e inovação frente ao envelhecimento populacional, os estudos revisados evidenciam que ela também carrega dilemas significativos no campo sociopolítico. Os estudos, especialmente os de viés mais sociopolítico, criticam a forma como a Economia Prateada é estruturada, apontando para a exclusão de uma parte significativa da população idosa, especialmente aqueles em situações de vulnerabilidade social e econômica. Muitas vezes, a EP é abordada como uma oportunidade de mercado, sem uma reflexão crítica sobre os impactos que essa visão pode ter sobre a inclusão social e a promoção de equidade.

Um dos maiores desafios apontados é a forma homogênea com que a população idosa é frequentemente representada. A maior parte dos estudos aborda a pessoa idosa como parte de um grupo unificado, composto por indivíduos de classe média, urbanos e tecnologicamente adaptáveis. Esse entendimento ignora as profundas desigualdades que marcam o envelhecimento. Como destacado por Söylemez e Ay (2022) e Oget (2021), fatores como raça, gênero, condição de saúde e territorialidade têm um papel crucial no envelhecimento das pessoas. Quando a EP é pensada sem considerar essas diferenças, corre-se o risco de criar uma “economia da longevidade para poucos”, excluindo idosos que vivem em condições de vulnerabilidade, como os que residem em áreas rurais, os racializados ou aqueles que enfrentam a dependência.

Em relação às políticas públicas, um outro ponto crítico surge: o risco de uma abordagem tecnocrática e simplista. Embora a inovação tecnológica seja amplamente exaltada como a grande solução para os desafios do envelhecimento, a realidade de muitos idosos, particularmente em países como o Brasil, é marcada pela exclusão digital e pelo acesso limitado à infraestrutura básica. A promessa de soluções tecnológicas, como domótica e robótica, muitas vezes não encontra eco nas realidades do cotidiano da população idosa. Oget (2021) descreve esse fenômeno como um “discurso performativo de futuro”, no qual as promessas de inovação são usadas para atrair investimentos e mobilizar políticas públicas, mas sem uma análise mais profunda das necessidades reais dos idosos.

Além disso, a literatura critica a forma como as políticas públicas e as práticas do mercado tratam a pessoa idosa como um objeto de consumo, cujos direitos e cidadania muitas vezes são ignorados. Como ressaltam Klimczuk (2021) e Jorge Felix (2016), o foco excessivo no envelhecimento “ativo” e “empreendedor” pode desconsiderar os idosos em condições de fragilidade ou com dificuldades socioeconômicas. Esse modelo reforça formas de etarismo, ao priorizar aqueles que têm capacidade de consumir ou de continuar trabalhando, enquanto marginaliza aqueles que enfrentam dificuldades de mobilidade, dependência ou precariedade financeira.

A questão das desigualdades também é central na análise da Economia Prateada. A falta de indicadores padronizados e a ausência de marcos regulatórios robustos em muitos países

dificultam a criação de políticas públicas eficazes e a promoção de uma Economia Prateada inclusiva. Muitos países, embora adotando algumas estratégias locais ou regionais, não têm políticas nacionais consolidadas para integrar a EP ao planejamento de desenvolvimento sustentável. Klimczuk (2021) defende a criação de mecanismos de governança multissetoriais que incorporem uma visão intergeracional e de justiça social. A falta de articulação entre saúde, trabalho, educação e previdência social, por exemplo, pode limitar a eficácia das iniciativas da Economia Prateada.

A confusão conceitual entre Silver Economy e Silver Market também aparece como um obstáculo importante para o amadurecimento teórico e político do campo. A redução da EP a um simples nicho de mercado compromete seu potencial de transformação social. Isso leva à limitação de sua aplicação, restringindo a discussão a um produto de consumo para um público restrito e economicamente favorecido, enquanto suas dimensões políticas e sociais ficam diluídas.

Finalmente, os autores críticos apontam que, para a Economia Prateada alcançar seu pleno potencial, será necessário um compromisso mais profundo com os direitos das pessoas idosas e com a promoção da equidade. Isso implica, entre outras coisas, reconhecer a diversidade do envelhecimento e enfrentar as desigualdades históricas. As políticas públicas devem ser mais inclusivas, considerando as diversas experiências de velhice, incluindo a promoção do cuidado comunitário, o reconhecimento do trabalho informal, o protagonismo feminino e negro na velhice, e a criação de políticas de inclusão financeira e cultural para todos os idosos, independentemente de sua condição social.

Em suma, a Economia Prateada tem um grande potencial de transformação social, mas para que esse potencial seja alcançado, ela precisa ser mais do que uma solução mercadológica. Ela precisa se construir a partir de uma base sólida de políticas públicas inclusivas, de respeito à diversidade e de combate às desigualdades sociais. Só assim ela se consolidará como uma verdadeira ferramenta de equidade e justiça intergeracional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida neste artigo demonstrou que a Economia Prateada (EP), para além de seu apelo mercadológico, constitui um campo profundamente político, marcado por disputas conceituais, assimetrias estruturais e dilemas ético-sociais. Ao reunir 17 estudos científicos publicados entre 2009 e 2024, este recorte buscou compreender como a EP tem sido pensada a partir do papel atribuído à pessoa idosa, das políticas públicas e das desigualdades que atravessam os processos de envelhecimento.

Os objetivos propostos foram plenamente contemplados. O estudo revelou não apenas os contornos conceituais da EP, mas também suas ambiguidades enquanto política pública, sua insuficiência enquanto instrumento de justiça social, e seus riscos quando dissociada da diversidade dos envelhecimentos. A discussão permitiu tensionar a literatura existente e propor caminhos para uma abordagem mais inclusiva, interseccional e participativa da longevidade.

Do ponto de vista teórico, este artigo contribui ao resgatar a centralidade da cidadania na construção da EP. A velhice não pode ser compreendida apenas como etapa de vida a ser gerida economicamente, mas como tempo político que demanda reconhecimento, escuta e participação. A crítica à representação homogênea da pessoa idosa, à fetichização da inovação tecnológica e à captura neoliberal do discurso da longevidade reforça a urgência de reposicionar o envelhecimento como prioridade pública, e não apenas como oportunidade de mercado.

Metodologicamente, a escolha por uma revisão sistemática com análise crítica e qualitativa amplia o escopo habitual dos estudos sobre EP, frequentemente centrados em

abordagens bibliométricas ou descritivas. Ao articular conceitos, evidências e lacunas, a pesquisa contribui para qualificar o debate, oferecendo subsídios para a formulação de políticas e o avanço de pesquisas mais contextualizadas. Essa abordagem valoriza a profundidade analítica e abre espaço para novas investigações, especialmente no Sul Global.

As contribuições práticas são igualmente relevantes. O estudo identifica que muitas políticas, produtos e discursos voltados à população idosa ainda reproduzem lógicas paternalistas, segmentadas e excludentes. A ausência de uma estratégia nacional para a Economia da Longevidade no Brasil, por exemplo, compromete a coordenação intersetorial e o enfrentamento das desigualdades acumuladas ao longo da vida. Nesse cenário, torna-se urgente integrar a EP a uma agenda pública de proteção social, educação permanente, cuidados de longa duração e cultura cidadã.

Além disso, a escuta ativa das pessoas idosas deve ser compreendida como fundamento, e não como etapa opcional, na construção de soluções. O protagonismo da velhice, defendido por autores como Klimczuk (2021) e Jorge Felix (2016), deve ultrapassar o plano simbólico e materializar-se em mecanismos efetivos de participação em conselhos, incubadoras, políticas e pesquisas. Sem coautoria, não há transformação legítima.

As universidades brasileiras, por sua vez, têm papel crucial na consolidação da EP como campo interdisciplinar, crítico e inovador. Cabe às instituições de ensino superior formar profissionais sensíveis à temática do envelhecimento, produzir dados territorializados, ampliar os estudos intergeracionais e incorporar a longevidade em seus currículos, projetos de extensão e agendas de inovação social. Mais que observadoras, as universidades devem ser protagonistas na construção de um novo pacto geracional.

Este trabalho também se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo ao ODS 3 (saúde e bem-estar), ODS 10 (redução das desigualdades), ODS 11 (cidades inclusivas e sustentáveis) e ODS 16 (instituições eficazes e inclusivas). Ao propor uma abordagem crítica da EP, o estudo oferece contribuições relevantes para que políticas públicas, movimentos sociais e organizações internacionais enfrentem as desigualdades que atravessam a longevidade e fortaleçam os direitos das pessoas idosas.

Concluindo, a Economia Prateada será tão justa quanto forem seus fundamentos. Sem compromisso com a equidade, ela corre o risco de reforçar o que deveria combater. Com escuta, diversidade e participação, pode se tornar instrumento de reparação histórica e reinvenção coletiva. A longevidade, afinal, não é um problema a ser resolvido, é um projeto de futuro a ser compartilhado.

REFERÊNCIAS

- Álvarez Díez, T., López Sanz, J. M., & de la Fuente Alonso, C. (2022). Economía plateada y emprendimiento, un área innovadora de futuro: Un marco de referencia académico, científico y empresarial. *Revista de Estudios Empresariales*, 1(1), 89–102.
- Barković Bojanić, I., Dlačić, J., & Matić, M. (2024). Silver entrepreneurship: A golden opportunity for ageing society. *Economic and Business Review*, 24(1), 45–61.
- Bieszk-Stolorz, B., Markowicz, I., & Górski, P. (2024). Multivariate analysis of the sustainable development of the silver economy in the European Union countries. *Sustainability*, 16(5), 10703. <https://doi.org/10.3390/su16110703>
- Camarano, A. A. (2014). *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* Rio de Janeiro: IPEA.

- Caridà, A., Colurcio, M., & Melia, M. (2022). The transformative power of technology to turn the silver economy into a gold society: A systematic literature review. *The TQM Journal*, 34(8), 1703–1722. <https://doi.org/10.1108/TQM-12-2021-0384>
- Colurcio, M., Caridà, A., & Melia, M. (2022). Fifty years of research on silver economy: A bibliometric analysis. *Management Decision*, 60(13), 58–80. <https://doi.org/10.1108/MD-12-2020-1742>
- ConFiPAR. (2023). *Cadernos do ConFiPAR – Conselhos e Fundos de Direitos da Pessoa Idosa do Paraná*. Curitiba: SEDES.
- Felix, J. (2016). Silver economy: Opportunities and challenges to Brazil adopt the European Union's strategy. *Revista de Administração Pública e Gestão Social*, 8(1), 1–12.
- Galiza, T. (2022). *Economia da longevidade: o Brasil está pronto?* São Paulo: Hype60+.
- Griva, A., Chalari, E., Papadimitriou, D., & Karadimitriou, D. (2024). Strategic management of the silver economy: A European perspective. *Economic and Business Review*, 24(1), 5–22. <https://doi.org/10.15458/2335-4216.1364>
- Gschwendtner, C. (2020). Silver economy strategies: A comparative study of Japanese and South Korean governmental measures. *Vienna Journal of East Asian Studies*, 12(1), 1–28. <https://doi.org/10.2478/vjeas-2020-0003>
- Heffner, K., Czarnecki, A., & Gibas, P. (2019). Challenges of regional development in the context of population ageing: Analysis based on the example of Opolskie Voivodeship. *Bulletin of Geography. Socio-economic Series*, 45, 65–75. <https://doi.org/10.2478/bog-2019-0035>
- IBGE. (2024). *PNAD Contínua 2023: acesso à internet e uso de tecnologias por faixa etária*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Klimczuk, A. (2016). Comparative analysis of national and regional models of the silver economy in the European Union. *International Journal of Ageing and Later Life*, 10(2), 31–59.
- Klimczuk, A. (2021). Combating ageism through the silver economy. In J. Wilkinson, L. Pedersen, & L. Killick (Eds.), *Ageing societies and the silver economy: Global perspectives on policies, innovations and best practices* (pp. 129–150). Emerald Publishing.
- Lipp, B., & Peine, A. (2022). Ageing as a driver of progressive politics? What the European Silver Economy teaches us about the co-constitution of ageing and innovation. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 35(1), 1–20. <https://doi.org/10.1080/13511610.2022.2034656>
- Oget, N. (2021). When economic promises shape innovation and networks: A structural analysis of technological innovation in the silver economy. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 34(1), 43–60. <https://doi.org/10.1080/13511610.2020.1849787>
- ONU – Organização das Nações Unidas. (2022). *World population ageing 2022*. New York: United Nations.
- Plataforma Longeviver. (2024). *Caderno da longevidade*. São Paulo: Longevidade Expo + Fórum. <https://www.plataformalongeviver.com.br>

- Ramos, L. R., Kalache, A., & Veras, R. P. (2021). Saúde da população idosa: necessidades e desafios. In Ministério da Saúde (Org.), *Saúde Brasil 2021: uma análise da situação de saúde e da qualidade de vida* (pp. 63–98). Brasília: Ministério da Saúde.
- REAA – Rede de Envelhecimento Ativo da América Latina. (2023). *Documento de princípios para políticas públicas de longevidade com justiça social*. Buenos Aires: REAA.
- Roszek-Wójtowicz, E., Rozkrut, M., & Wójcicka, M. (2024). Differences in seniors' standard of living and their impact on the development of the silver economy across Europe. *Bulletin of Geography. Socio-economic Series*, 66, 57–72. <https://doi.org/10.12775/bgss-2024-0004>
- Santos, B. de S. (2020). *O futuro começa agora: da pandemia à utopia*. São Paulo: Boitempo.
- Söylemez, E., & Ay, M. (2022). Practices of age-friendly cities in Turkey. *Journal of Aging Studies*, 55, 100881. <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2020.100881>
- Stephens, H. (2023). Entrepreneurial retirement and family business: A perspective article. *Journal of Family Business Management*, 13(4), 1–9. <https://doi.org/10.1108/JFBM-07-2023-0099>
- UFV – Universidade Federal de Viçosa. (2022). *Aspectos metodológicos utilizados na elaboração de revisões de literatura: RE, RS e RI*. Viçosa: Projeto Carreiras.
- United Nations Department of Economic and Social Affairs. (2024). *The Sustainable Development Goals report 2024*. United Nations.
- Urrutia Serrano, J. (2018). Envejecimiento activo: un paradigma para comprender y gobernar. *Revista Española de Geriatria y Gerontología*, 53(1), 12–20.